

1 Nos dia 16 de dezembro de 2009, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie Prendi  
2 Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, deu-se a abertura da 38ª Reunião Ordinária  
3 da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros  
4 da Comissão: o Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (titular) e o Sr. **Lídio Coradin** (suplente), re-  
5 presentantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA; a Sra. **Cosette Barrabas Xavier da Silva**  
6 (suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renová-  
7 veis - IBAMA, o Sr. **Bruno Machado Teles Walter** (suplente) representante do Ministério da  
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; o Sr. **David Conway Oren** (suplente), representan-  
9 te do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT; o Sr. **Marco Aurélio Pavarino** (titular), represen-  
10 tante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a Sra. **Suzana Lena de Lins Góis** (suplente), re-  
11 presentante do Ministério da Integração – MI; a Sra. **Cláudia Tavares** (suplente), representante do  
12 Ministério das Relações Exteriores –MRE; a Sra. **Sônia Machado de Campos Dietrich** (suplente),  
13 representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC, a Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente),  
14 representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. **Cléia Anice da Mota Porto** (su-  
15 plente), representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e o  
16 Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos Pescadores -  
17 MONAPE. Os seguintes convidados estiveram presentes: Sr. **Fábio França** (MMA), Sr. **Maximili-**  
18 **ano Arienzo** (MRE), Sra. **Paula Tavares** (MD), Sr. **Gerson Malty** (MT), Sra. **Simone Wolff**, Sra.  
19 **Roberta Holmes** (MMA), e Sra. **Helen Gurgel** (MMA). Também participaram da reunião os se-  
20 guintes membros da Secretaria Executiva da CONABIO: **Érica Frazão Pereira**, **Gláucia Jordão**  
21 **Zerbini** e **Carlos Tiago Goulart Farias Victorio**. A pauta da reunião compreendeu os seguintes  
22 itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 37ª REU-**  
23 **NIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO; 4. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO,**  
24 **4.1 Calendário de Reuniões Ordinárias da CONABIO para 2010; 4.2 Calendário Temático de**  
25 **Reuniões Ordinárias da CONABIO para o Ano de 2010; 4.3 Calendário Temático de Reuniões**  
26 **Ordinárias da CONABIO para o Ano de 2010; 5. INFORMES, 5.1 Reuniões sobre o Regime**  
27 **Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios -ABS, Artigo 8j e Grupo de Países Megadi-**  
28 **versos ; 5.2 Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP ; 5.3 Implementação do**  
29 **Projeto GEF – Iniciativa Brasileira de Polinizadores; 6. ASSUNTOS GERAIS; 7. ENCERRA-**  
30 **MENTO.** O Sr. **Braulio Dias** deu início à reunião às 10h00, saudou os presentes, citou os docu-  
31 mentos recebidos e sugeriu inversão nas ordem dos itens da pauta. Deu-se início ao item 5.1 - Reu-  
32 niões sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios -ABS, Artigo 8j e Grupo  
33 de Países Megadiversos. O Sr. Gustavo Pacheco iniciou o relato explicando que iria comentar duas  
34 reuniões realizadas no mês de novembro em Montreal, Canadá. A primeira dessas duas

35 reuniões de Montreal, foi sobre o artigo 8J da convenção que é o artigo que trata de do  
36 uso da biodiversidade, e é um tema que tem muitas relações com o tema de acesso de  
37 repartição de benefícios, mas que também tem uma agenda própria que não se confunde  
38 com o tema de acesso de repartição de benefícios ou ABS para simplificar. Então, a pri-  
39 meira reunião de Montreal no começo de novembro foi a sexta reunião do grupo de traba-  
40 lho sobre o artigo 8J da convenção. Que é um grupo de trabalho que tem se reunido uma  
41 vez a cada dois anos nos últimos anos e a última reunião foi em 2007 em Montreal. Tam-  
42 bém junto com uma reunião do grupo de ABS. O fato dessa reunião ter sido realizada  
43 imediatamente antes da reunião do grupo de ABS, muitos participantes participavam das  
44 duas reuniões, é claro que levantou um tema importante da agenda do grupo de trabalho  
45 sobre artigo 8J que é a relação da discussão sobre acesso e repartição de benefícios  
46 para o mandato do grupo de trabalho. Então, houve uma discussão larga sobre acesso e  
47 repartição de benefícios com vistas a fornecer subsídios do grupo de trabalho sobre o arti-  
48 go 8J para a reunião que aconteceria na semana seguinte sobre acesso e repartição de  
49 benefícios. Então, esse foi um dos temas mais importantes da reunião, porque a reunião  
50 sobre acesso a repartição de benefícios, que é a oitava reunião do grupo de trabalho sob-  
51 re ABS, teria como um dos temas centrais conhecimentos tradicionais. Então, entendeu-  
52 se que era o papel central da sexta reunião do 8J fornecer subsídios para aquela reunião.  
53 Mas nós sabemos que existem muitas resistências, diversos países que são parte da  
54 CDB ao estabelecimento de um regime internacional para garantir o acesso a repartição  
55 de benefícios, derivados do uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais asso-  
56 ciados. Então esses países, evidentemente têm muita resistência a discussão do tema, o  
57 tema está sendo discutido, mas evidentemente que existe muita resistência. Então, nós  
58 passamos uma boa parte do tempo da sexta reunião do artigo 8J discutindo contribuições  
59 do grupo a reunião da semana seguinte. E, levando em conta, não só uma série de docu-  
60 mentos que tem sido discutidos no âmbito do grupo de trabalho sobre o artigo 8J, mas  
61 também várias reuniões que tem acontecido no processo interseccional a esse respeito,  
62 aconteceu uma reunião em meados desse ano na Índia, especificamente sobre conheci-  
63 mentos tradicionais da reunião de peritos, não foi uma reunião de todas as partes, mas de  
64 algumas partes, enviaram peritos e o Brasil enviou a Daniela do DPG para participar, e  
65 então os resultados dessa reunião também foram usados como base para essa discus-  
66 são. E o resultado foi um documento que procurava resumir os principais pontos apresen-  
67 tados no relatório dessa reunião que foi realizada na Índia, tal como interpretadas pelos  
68 participantes da reunião do grupo 8J. Então é um documento que não é um documento de

69 consenso, porque é um documento que reúne várias posições, mas eu considero um pon-  
70 to positivo o fato de ter sido aprovado pelo grupo de trabalho qualquer documento que  
71 diga respeito ao acesso e repartição de benefício, porque na reunião anterior houve muita  
72 resistência e houve várias negociações que não chegaram a nada, um documento sequer  
73 e então o fato de ter saído um documento ainda que o documento não tenha status de  
74 consenso, porque reflete uma gama bastante ampla de posições, foi um ponto positivo, e  
75 de modo geral a atmosfera da reunião foi bastante cordial, ainda mais comparada com as  
76 etapas das reuniões anteriores. Outros dois temas que foram tratados na reunião, trata-  
77 dos de várias formas, estou destacando apenas o mais importante. Outros dois temas  
78 que eu gostaria de destacar, primeiro a discussão sobre um código de conduta ética, um  
79 código de conduta ética para gerenciar a prática, para organizar a prática daqueles que li-  
80 dam com conhecimentos tradicionais. O código de conduta voluntário, não é um código  
81 de conduta com medidas legalmente vinculantes, mas é um código de conduta que está  
82 sendo debatido há muitos anos como uma forma de tentar avançar no tratamento, enfim,  
83 no respeito ao conhecimento tradicional dos povos indígenas das comunidades indígenas  
84 locais. O nome oficial, o código de conduta étnica para assegurar o respeito ao patrimô-  
85 nio cultural e intelectual das comunidades indígenas locais. Esse é o nome oficial e isso  
86 está sendo discutido há muito tempo na CDB. Esse ponto específico desse código tem  
87 enfrentado muita resistência de alguns países, notadamente no que diz respeito a deter-  
88 minação de assegurar o consentimento prévio informado das comunidades indígenas lo-  
89 cais, sempre que for tomada alguma iniciativa ou medida que as afete, então alguns paí-  
90 ses são muito resistentes à noção de consentimento prévio informado e então certos tre-  
91 chos do código de conduta permanecem entre colchetes, ou seja, não foram acordados. E  
92 a maior parte do texto já foi negociada, e já está pronta para ser adotada pela conferência  
93 das partes na CDB, mas existem alguns pontos que ainda não são consensuais e um  
94 desses pontos é de referências a consentimento prévio informado.

95

96 **Bráulio Dias - MMA**

97

98 Gustavo, desculpa te interromper, mas nesse ponto você teria condição de nos dar uma  
99 idéia desses países e qual é a razão desse tipo de dificuldade?

100

101 **Gustavo Pacheco – MRE**

102

103 Sim, na verdade não é uma posição nova, porque esse é um tipo de ressalva que ocorre  
104 também no âmbito da negociação do regime internacional de ABS e em outros  
105 instrumentos internacionais, eu acho que talvez o país com mais resistência a essa

106 expressão, esse conceito e as implicações que decorre desse processo seja o Canadá.  
107 Alguns outros países como Austrália e Nova Zelândia, historicamente também tem  
108 demonstrado resistência a esse conceito, mas nas últimas rodadas de negociação nos  
109 últimos anos, tem se mostrado cada vez mais dispostos a reconsiderar essa posição.  
110 Esse é um conceito que está consagrado no direito internacional há muitos anos, fora da  
111 área ambiental consentimento prévio informado foi desenvolvido no direito fora da área  
112 ambiental e muitos anos depois que ele foi sendo aplicado já a partir dos anos 70, então  
113 não é uma coisa nova, mas ainda gera muita resistência, porque alguns países como no  
114 caso dos países que eu citei entendem que isso significaria o dever de que os países que  
115 tivessem, de que os governos nacionais teriam que obter autorização prévia. Então, eles  
116 igualam a expressão consentimento a autorização expressa, e isso significa do ponto de  
117 vista desses países, estou tentando fazer um esforço de interpretar a posição dos outros  
118 que não é a minha, mas enfim, se eu entendo bem o argumento, a idéia é que isso  
119 configuraria uma limitação à soberania nacional e que geraria muitos problemas práticos  
120 de obras paradas por conta disso. E essa não é a posição do Brasil. O Brasil é signatário  
121 da declaração dos direitos dos povos indígenas da ONU, que faz referência a esse  
122 conceito e a vários outros instrumentos internacionais como convenção 169 da OIT da  
123 Organização Internacional do Trabalho, e então isso aí não só não é problema para nós,  
124 como é algo, já é uma obrigação internacional que nós já assumimos, como também  
125 nós consideramos esse um ponto sumamente importante para assegurar a  
126 implementação plena dos dispositivos da CDB, no que diz respeito à conhecimento  
127 tradicional das comunidades indígenas locais. Então, esse código de conduta está com  
128 alguns trechos ainda em colchete e vai ser submetido à décima conferência das partes  
129 que vai acontecer em Nagoya em outubro, e espera-se que enfim a negociação prossiga  
130 e que ele seja adotado da COP 10, o que seria um ponto enfim importante nessa  
131 discussão sobre conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Por fim, o  
132 último tema que eu gostaria de ressaltar nesse breve relato da sexta reunião do grupo de  
133 trabalho sobre o artigo 8J, é uma discussão sobre programa de trabalho plurianual do  
134 grupo de trabalho. O programa de trabalho plurianual que já foi aprovado em reuniões  
135 anteriores da conferência das partes contem uma série de tarefas específicas para  
136 implementar esse artigo. Então, isso é periodicamente revisado e agora está no meio de  
137 uma outra revisão para ver enfim, que tarefas já foram cumpridas e podem ser deixadas  
138 de lado, e que tarefas que ainda não foram cumpridas e devem ser priorizadas. E o Brasil  
139 enfatizou as tarefas que tem relação direta com repartição de benefícios derivados de uso  
140 de conhecimentos tradicionais, tendo em vista a possível aprovação em outubro de um  
141 instrumento internacional do regime internacional para tratar de acesso a repartição de  
142 benefícios. Então, em vista dessa possibilidade que é uma possibilidade concreta, a  
143 gente não tem certeza se isso vai acontecer, mas faz todo sentido que você ao analisar  
144 quais são as prioridades do programa de trabalho do artigo 8J, quais são as tarefas que  
145 devem ser priorizadas, você priorize as tarefas, se não me engano, são as tarefas 7, 10 e  
146 12 que têm relação mais direta com acesso a repartição de benefícios. Quem quiser ter  
147 acesso ao programa de trabalho e de maneira mais geral aos documentos do grupo de  
148 trabalho sobre o artigo 8J, e todo o acervo de documentos já produzidos e temas que são  
149 discutidos no âmbito desse grupo de trabalho, eu recomendo dar uma olhada dentro do  
150 portal da CDB da Comissão de Diversidade Biológica tem um sub-portal ali  
151 especificamente sobre conhecimento tradicional muito interessante e com muita  
152 informação, não só informação dos documentos das reuniões, informações sobre como o  
153 tema tem sido tratado no âmbito da CDB, mas também legislação de vários países sobre  
154 o tema, estudos e outros documentos interessantes.  
155

156 **Bráulio Dias - MMA**

157

158 Gustavo, aí você vai passar para o outro?

159

160 **Gustavo Pacheco – MRE**

161

162 Só concluindo ainda o programa de trabalho plurianual, além dessa ênfase das tarefas  
163 ligadas a ABS tem dois pontos que merecem destaque. Primeiro é a inclusão de uma  
164 referência nova que não existia antes no contexto ao trabalho plurianual, é o artigo 10 C  
165 da convenção que é um artigo que também faz referência, de maneira menos direta, que  
166 o artigo 8J, mas que também faz referência aos conhecimentos tradicionais do contexto  
167 de uso sustentável da biodiversidade. Então, isso foi uma novidade importante e acho  
168 que a gente tem que se preparar para que essa discussão ganhe mais fôlego, tanto  
169 internamente como externamente, porque certamente externamente isso vai ganhar um  
170 dinamismo maior, essa discussão sobre uso sustentável de conhecimentos tradicionais, e  
171 então essa foi uma novidade importante. Claro que tudo isso que estou dizendo ainda vai  
172 ser referendado pela COP. Isso tudo o grupo de trabalho não tem autoridade para tomar  
173 decisões, ele apenas propõe e apresenta documentos, esses documentos são  
174 referendados ou não pela COP, que pode fazer modificações que entender necessárias.  
175 Mas, tendo em vista um certo grau de consenso que foi possível ter naquela reunião a  
176 esse respeito, eu considero enfim, muito provável que seja aprovado como está, mais  
177 especificamente essa referência ao artigo 10 C, porque a maioria das partes entendeu  
178 que é necessário priorizar isso, porque é uma área que tem sido pouco explorada, o uso  
179 sustentável de conhecimentos tradicionais associado à biodiversidade, e então isso foi um  
180 ponto novo. E o último ponto e esse ponto eu gostaria de frisar a importância também, foi  
181 que ainda no âmbito da discussão do programa de trabalho plurianual, foi aprovado ainda  
182 sujeito à aprovação da COP, claro, mas houve consenso de que a participação de  
183 comunidades locais nos processos da CDB é muito baixa, e inclusive se comparada à  
184 participação de comunidades indígenas. Comunidades indígenas já tem mais uma  
185 tradição, você encontra mais facilmente representantes indígenas de todo o mundo,  
186 participando do processo da CDB, mas comunidades locais é uma ligação, são  
187 pouquíssimas. Pouquíssimos representantes de comunidades locais que participam, e o  
188 Brasil é um dos poucos países que tem reiteradamente enviado representantes de  
189 comunidades locais, mas é uma exceção. E aí todas as reuniões da CDB que a gente  
190 tem oportunidade, a gente reforça isso e reforça o fato de que comunidades locais  
191 representam milhões, dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo e pessoas que  
192 estão na linha de frente da defesa da conservação da biodiversidade. Estão na linha de  
193 frente ali dos impactos negativos sofridos pela mudança do clima sobre a biodiversidade,  
194 e são pessoas que estão na linha de frente e pessoas que detém um acervo incalculável  
195 e valiosíssimo de conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade, que tem que ser  
196 levados em conta e tem que ser respeitados, que podem ter muita utilidade no processo  
197 de adaptação de mudanças do clima, para não falar de uma série de iniciativas. Então, a  
198 gente sempre tem ressaltado que comunidades locais têm que ser tratadas no mesmo  
199 patamar de comunidades indígenas e devem receber o mesmo respeito e que elas devem  
200 ter a mesma oportunidade de participação dos processos da CDB que as comunidades  
201 indígenas, e isso é uma posição do Brasil há muitos anos e o Brasil tem sido um dos  
202 principais defensores dessa posição no âmbito da CDB. Não basta você focar apenas em  
203 povos indígenas, sabendo que a gente tem quilombolas e tem comunidades ribeirinhas, a  
204 gente tem mulheres andirobeiras na ilha de Marajó, tem comunidade caiçara no litoral sul,  
205 que para nós são desde o ponto de vista dos conhecimentos associados à biodiversidade,

206 são tão relevantes quanto comunidades indígenas. Então, um ponto extremamente  
207 positivo foi a aprovação de uma reunião de grupo de peritos de comunidades locais para  
208 discutir como ampliar a participação de comunidades locais no âmbito da CDB. Nós  
209 consideramos isso daí um ponto extremamente importante para assegurar a participação  
210 dessas comunidades locais nos processos da CDB. Então, cumpre agora nas próximas  
211 etapas de discussão desse tema no âmbito da CDB, assegurar a realização dos grupos  
212 de trabalho e assegurar que os resultados sejam levados em conta e resultem uma  
213 participação maior, mais ampla e mais efetiva das comunidades locais nos processos da  
214 CDB. Então, eu acho que em linhas gerais, seria isso que eu teria a dizer sobre a  
215 reunião, da sexta reunião do grupo de trabalho do artigo 8J.

216

217 **Bráulio Dias - MMA**

218

219 Eu queria sugerir que talvez antes de você entrar na outra parte, abrir para ver se tem  
220 algumas questões para esclarecer. Uma pergunta minha, você mencionou o assunto,  
221 mas só para entender melhor, é justamente o posicionamento desse grupo com relação à  
222 inclusão dos temas de conhecimento tradicional no regime de acesso a recursos  
223 genéticos e repartição de benefícios. Quer dizer, você mencionou que não houve  
224 consenso, mas que pelo menos conseguiu se fechar um documento e aprovar um  
225 documento que contem várias posições. Na sua visão, como é que você acha que isso  
226 vai avançar? E depois você vai relatar a discussão em ABS, já tem alguns elementos aí,  
227 mas você acha que caminha para se incluir as questões de conhecimento tradicional no  
228 eventual regime? Ou não?

229

230 **Gustavo Pacheco – MRE**

231

232 Eu acho que a melhor maneira de responder essa pergunta seria já entrar no relato da  
233 reunião seguinte, que é a oitava reunião do grupo de trabalho sobre ABS.

234

235 **Bráulio Dias - MMA**

236

237 Então vamos guardar só ver se tem alguma outra questão que os membros da CONABIO  
238 queiram esclarecimento sobre essa primeira reunião relativa a conhecimentos  
239 tradicionais. Alguma pergunta? Está claro para todos? Silêncio, então é porque está tudo  
240 claro. Sônia.

241

242 **Sônia Dietrich - ABC**

243

244 Eu só tinha um comentário de que esse assunto não tinha ainda sido tratado nessas  
245 reuniões da 8J, não tinha sido tratado nunca o assunto das comunidades locais, apesar  
246 de existir inclusive algumas comunidades representadas na CDB?

247

248 **Gustavo Pacheco – MRE**

249

250 Olha, é o seguinte. O artigo 8J menciona especificamente comunidades indígenas e  
251 locais. Essa é a expressão utilizada no âmbito da CDB, e sempre que se faz referência a  
252 essas comunidades, tem que se fazer referência às comunidades locais. E o Brasil tem  
253 sido muito zeloso no sentido de evitar particularizar comunidades indígenas em  
254 detrimento de comunidades locais, porque como eu já disse, nós entendemos que as  
255 duas merecem o mesmo tipo de atenção e de respeito, e de cuidado, como já discutimos

256 esse tema. Não obstante isso e não obstante o compromisso nominal, enfim, ninguém vai  
257 dizer que é contra a participação de comunidades indígenas, não é disso que se trata. O  
258 que se trata é que na prática a participação efetiva dessas comunidades locais tem sido  
259 baixíssima. É algo que acontece na prática. As razões porque isso acontece são  
260 variadas, mas o Brasil tem constantemente reiteradamente se manifestado de maneira  
261 crítica a isso, dizendo que isso é uma situação inaceitável, e se você quer ter uma  
262 participação efetiva dos detentores de conhecimento tradicional, e é disso que se trata  
263 nas reuniões do grupo de trabalho 8J, você tem que ter não apenas comunidades  
264 indígenas, mas comunidades locais também. E nós temos feito esforços internamente,  
265 para, enfim, garantir a participação dessas comunidades. A Edna Marajoara, que fundou o  
266 Fórum Internacional das Comunidades locais, e ela tem participado muito dessas  
267 reuniões a partir da COP 8. E, na verdade o Fórum é praticamente ela, porque nenhum  
268 dos outros países, por exemplo, países da América Latina que teriam interesse, porque  
269 países como Colômbia que tem um número muito grande de comunidades quilombolas e  
270 comunidades de pescadores ribeirinhos não tem demonstrado muito interesse. Essa  
271 bandeira tem sido uma bandeira do Brasil. Do Brasil e de algumas comunidades locais  
272 que participam. Enfim, muitos países desenvolvidos que não tem comunidades locais,  
273 não entendem a relevância e a nossa insistência, mas acho que dessa vez a gente  
274 conseguiu convencê-los também com a participação de alguns representantes da  
275 comunidade local que estavam lá e fizeram muita pressão e ressaltaram e reforçaram,  
276 inclusive apoiando a atuação do Brasil. Então, nesse contexto foi possível lograr esse  
277 pequeno avanço.

278

279 **Aladim Alfaia - MONAPE**

280

281 Na verdade, dá para se perceber que o Brasil acaba tendo nessa questão da discussão  
282 das comunidades locais e comunidades tradicionais, e aqui a gente não pode negar isso,  
283 a partir da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que o Chico Mendes foi  
284 exatamente uma das pessoas que começou essa discussão na Amazônia, referendando a  
285 importância das comunidades dos seringais, e a partir da ECO 92, que foi criado também  
286 o Grupo de Trabalho Amazônico que é o GTA, que vem fazendo essa discussão até hoje,  
287 e a gente vê a Comissão Nacional de Povos Tradicionais que ampliou a discussão da  
288 Amazônia, ampliou para todo o Brasil. Então, hoje se discute todos os povos e  
289 comunidades tradicionais se discute dentro da Comissão Nacional de Comunidades e  
290 Povos Tradicionais. Então, acho que é isso que faz com que o Brasil hoje tenha essa  
291 referência de conhecimento e passando também esse conhecimento para outros países,  
292 onde temos discutido inclusive com muitas outras organizações a nível mundial.

293

294 **Bráulio Dias - MMA**

295

296 Aproveitando, obrigado Aladim. Talvez a gente precisaria fazer um esforço, Gustavo,  
297 também de articulação maior. Porque eu acho que a Edna teve um papel importante de  
298 liderar esse movimento no âmbito da CDB para dar mais atenção para comunidades  
299 locais não indígenas a partir da COP 8, mas eu acho que a gente precisa também garantir  
300 uma representatividade um pouco maior, porque existe uma complexidade de  
301 comunidades locais e como o Aladim falou, a partir do estabelecimento dessa Política  
302 Nacional de Comunidades Tradicionais, que é uma expressão usada na legislação  
303 nacional, está se organizando mais e talvez valesse a pena, não sei, Gustavo, uma  
304 pergunta para você, se você já teve oportunidade você ou Fernando de fazer um relato  
305 sobre essas discussões do grupo 8J para essa Comissão Nacional de Comunidades

306 Tradicionais, que é coordenada aqui no próprio Ministério do Meio Ambiente, mas em  
307 outra secretaria, na Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural.

308

309 **Gustavo Pacheco – MRE**

310

311 Primeiro eu concordo totalmente com o seu comentário Bráulio, de que a gente tem que  
312 assegurar representatividade, e enfim, eu devolvo esse comentário sobre a forma de  
313 provocação também, as comunidades tradicionais que tem se envolvido em comissões  
314 como essa, como o CGEN, CONAFLO, com várias outras comissões e órgãos  
315 colegiados, no sentido de que, primeiro essa é uma bandeira, como eu disse a bandeira  
316 do Brasil, e se a gente não tomar a liderança desse processo, dificilmente alguém vai dar  
317 a importância que nós damos. E segundo, que isso depende muito estreitamente claro de  
318 interesse das próprias comunidades tradicionais, do entendimento de que aquilo que está  
319 sendo discutido em fóruns como esse por abstrato que possa parecer, ou complicado, tem  
320 impactos sim sobre a realidade das comunidades tradicionais no Brasil e no resto do  
321 mundo. Então, a partir da percepção desse interesse também e da relevância desse  
322 tema público para o Brasil, de modo geral e de um modo mais específico para as  
323 comunidades tradicionais brasileiras, é que eu acho que a gente pode avançar em direção  
324 a uma maior participação, uma maior representatividade, o ideal é que enfim, a gente  
325 tivesse os seringueiros, tivesse quilombolas, caiçaras, muito mais gente envolvida nessa  
326 discussão. Até onde eu sei, o Itamaraty nunca teve dificuldade de fazer um relato nessa  
327 comissão, nós sempre pudemos fazer referência a esse tema, tanto externamente nós  
328 fazemos faço também internamente nos relatos que nós fazemos ao CGEN, e nas  
329 reuniões de coordenação, então nós tivemos aí sempre que nós fazemos reuniões de  
330 coordenação para reuniões internacionais que tratam do tema, não apenas do grupo de  
331 trabalho do artigo 8J, mas também do grupo de trabalho sobre ABS, nós fazemos questão  
332 de convidar representantes de comunidades tradicionais e representantes de  
333 organizações não governamentais que trabalham nessa linha e trabalham com  
334 comunidades locais, mas é claro que a gente não pode, enfim, a gente faz o que pode  
335 que é convidar as pessoas a participar e estimular, mas eu acho que depende também do  
336 interesse da percepção dessa discussão para as próprias comunidades tradicionais.

337

338 **Bráulio Dias - MMA**

339

340 Se você concordar Gustavo, nós vamos entrar em contato com a SEDR Secretaria de  
341 Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, sugerindo que eles convidem o  
342 Itamaraty para fazer uma apresentação sobre esse grupo de trabalho da 8J, para que a  
343 gente possa não só inteirá-los mais sobre o que está acontecendo lá fora, mas ver se com  
344 isso a gente consegue, como o Aladim falou, ver uma representação mais ampla dentro  
345 do Brasil no acompanhamento desse assunto. Bruno, por favor.

346

347 **Bruno Walter - MAPA**

348

349 A minha questão é muito pontual, mas tem a ver com o que você mencionou sobre essa  
350 busca do Brasil de igualar comunidades tradicionais, mas quando você mencionou o  
351 código de conduta, me pareceu que ele menciona nominalmente indígena, mas não fala.  
352 É só uma curiosidade mesmo. Você falou do nome oficial do código de conduta  
353 voluntário, e que ele fala indígena, mas me chamou a atenção que não comunidades  
354 locais e que é a busca da própria posição brasileira.

355

356 **Gustavo Pacheco – MRE**

357

358 Houve um engano, se eu não fiz referência, foi falha minha, mas o título oficial, código de  
359 conduta ética para assegurar o respeito ao patrimônio cultural e intelectual de  
360 comunidades indígenas e locais.

361

362 **Bráulio Dias - MMA**

363

364 Mais alguma questão para o Gustavo sobre essa parte do artigo 8J. O Marcos chegou  
365 depois do relato, o Gustavo vai continuar agora o relato sobre a parte das discussões da  
366 negociação do regime de ABS, mas só para sua informação Marcos, eu acho que isso é  
367 relevante para o MDA, e claro que também é relevante para a CONTAG. A idéia é que é  
368 preciso compartilhar mais essas informações do que está acontecendo lá fora de  
369 negociações sobre o artigo 8J, que é o artigo de proteção aos conhecimentos tradicionais  
370 de povos indígenas e comunidades locais. E o que o Gustavo chamou atenção que a  
371 parte indígena existe um bom acompanhamento e etc, mas a parte das comunidades  
372 locais não indígena, não tem tido um acompanhamento muito bom. O Brasil é uma das  
373 exceções, tem tido um acompanhamento, mas também talvez sem uma  
374 representatividade adequada para todas as diferentes comunidades aqui no Brasil. Então,  
375 a gente vai fazer um esforço de tentar ampliar esse envolvimento, esse diálogo.  
376 Podemos então partir para o próximo relato Gustavo, por favor?

377

378 **Gustavo Pacheco – MRE**

379

380 Claro, então imediatamente depois da sexta reunião do grupo de trabalho sobre o artigo  
381 8J, foi realizada então em Montreal oitava reunião do grupo de trabalho sobre acesso e  
382 repartição de benefícios. Mais uma rodada da negociação do regime internacional sobre  
383 acesso e repartição de benefício, como vocês sabem é um importante processo político  
384 em curso no âmbito da CDB. Uma negociação que começou anos atrás, o mandato  
385 original dela foi dado pela conferência em Joanesburgo em 2002, e no mesmo ano foi  
386 realizada a primeira reunião do grupo de trabalho, e então essa é a oitava reunião. Nós  
387 estamos há sete anos envolvidos na discussão desse tema, e ao longo de todo esse  
388 tempo encaminhou-se então para a negociação de um instrumento internacional para  
389 tratar do tema. Então, houve muita resistência de vários países, principalmente os países  
390 envolvidos, país com grande capacidade tecnológica instalada, países que detém grande  
391 propriedade intelectual. A criação de um instrumento internacional para tratar do tema e  
392 historicamente também isso tem sido defendido pelos países que detém grande  
393 densidade no entendimento de que dos três objetivos da CDB, conservação, uso  
394 sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa de benefícios derivados da  
395 biodiversidade; e o terceiro objetivo que é justamente da repartição justa e equitativa, é o  
396 que menos se avançou e que se precisa trabalhar para implementar esse objetivo, e a  
397 maneira prioritária do ponto de vista dos países que detém grande biodiversidade, seria  
398 por meio da criação de um instrumento internacional para garantir isso, que é o regime  
399 internacional. Então em linhas gerais esse é o resumo das razões que levaram a essa  
400 negociação. Essa negociação que está sendo realizada há anos, uma negociação muito  
401 dura que envolve diretamente muita gente que tem interesse nessa negociação, grandes  
402 indústrias farmacêuticas, comunidade científica, povos indígenas, comunidades indígenas  
403 locais, e é uma negociação que toca no interesse de muitos setores da sociedade. Até há  
404 pouco tempo atrás, até etapas anteriores dessa negociação, houve muita resistência  
405 inclusive a própria idéia de ter um instrumento internacional. Essa etapa felizmente já

406 está superada, já existe um acordo de todas as partes de que estamos negociando um  
407 instrumento internacional, estamos negociando o texto, já chegamos à etapa de  
408 negociação de texto, proposta de texto para um instrumento internacional que muito  
409 provavelmente assumiria a forma de um protocolo em CDB, a exemplo do protocolo de  
410 Cartagena sobre biosegurança, que é um outro instrumento internacional num marco  
411 geral da CDB, para tratar de um tema mais específico. Então, nós vemos Brasil e países  
412 em desenvolvimento em geral vêem o regime internacional um pouco de maneira  
413 semelhante, como um protocolo dentro para tratar de um tema mais específico dentro do  
414 arcabouço geral do quadro geral fornecido pela CDB. E, foram debatidos nessa reunião,  
415 antes de começar essa reunião é o seguinte. Na reunião anterior que foi a sétima reunião  
416 que aconteceu em Paris, essa reunião resultou em um primeiro texto contendo todas as  
417 propostas de texto apresentadas, e inclusive de maneira ainda muito embrionária, de  
418 maneira até contraditória, porque todas as propostas apresentadas estão lá. Então, o  
419 resultado é um texto com mais de 2 mil colchetes. Os colchetes sinalizam os trechos do  
420 texto que não tem acordo. Então, são mais de dois mil trechos entre colchetes, mas não  
421 obstante, houve um avanço, isso na reunião anterior de Paris que aconteceu em abril.  
422 Não obstante houve um avanço que foi o fato de que pela primeira vez, em todos os anos  
423 de negociação as partes reconhecem uma base comum de negociação, o documento que  
424 todos estão trabalhando e atribuem o mesmo status, e é a partir desse documento que as  
425 etapas posteriores progredirão. E foi efetivamente isso que aconteceu. Em Montreal  
426 agora nós voltamos a trabalhar no documento, mas começando a partir de temas que não  
427 foram trabalhados nas etapas anteriores. Sobretudo, dois temas importantes, o tema da  
428 capacitação e outro tema é o de conhecimentos tradicionais associados. E aí enfim eu  
429 começo a responder a pergunta do Bráulio, aí em relação a relação do grupo 8J e o grupo  
430 de ABS. Conhecimentos tradicionais é um tema que historicamente não estava no  
431 mandato original para entrar no escopo do regime internacional, mas diversos países em  
432 desenvolvimento, entre eles o Brasil, o Brasil teve um papel protagônico nesse sentido,  
433 defendendo a inclusão do escopo do regime internacional dos conhecimentos tradicionais.  
434 Quer dizer, o mandato original era para fazer um regime internacional para assegurar a  
435 repartição justa e equitativa dos benefícios e derivados do uso de recursos genéticos. E,  
436 nós entendemos que para que a CDB seja implementada de maneira plena e efetiva, que  
437 isso não era o bastante, você teria que assegurar repartição justa e equitativa dos  
438 benefícios e derivados também de conhecimentos tradicionais associados à  
439 biodiversidade. Houve muita resistência nas etapas iniciais, mas depois de muitas  
440 rodadas de negociação, há hoje já um consenso de que isso entrará no escopo do regime  
441 internacional. Então esse foi um dos temas discutidos na reunião de Montreal, como  
442 fazer isso, que mecanismos poderiam ser incluídos no regime internacional para  
443 assegurar isso? Então, em termos de contribuições práticas do grupo de trabalho sobre o  
444 artigo 8J nessa negociação, as contribuições foram limitadas. Foram limitadas, porque o  
445 documento que saiu da reunião do artigo 8J, não era um documento de consenso, era um  
446 documento que refletia posições bastante variadas. Então, houve uma contribuição  
447 simbólica importante, no sentido de que os membros do grupo do 8J, conseguiram chegar  
448 ao acordo de que era importante sinalizar o grupo de trabalho sobre a ABS a importância  
449 desse tema, só que em termos práticos não era um documento que se traduzia em si  
450 mesmo como uma contribuição que representasse consenso das partes. Então, aquilo foi  
451 levado em conta na negociação, evidentemente todo mundo teve acesso ao documento,  
452 vários dos participantes em um grupo eram também participantes do outro grupo, mas em  
453 termos práticos não houve tempo para você... Houve alguma negociação, se avançou  
454 alguma coisa, mas só o esforço de colocar num documento todas as propostas de texto  
455 que existiam sobre a mesa em conhecimentos tradicionais, já tomou muito tempo. É óbvio

456 que nesse processo foi possível eliminar alguma duplicação, algum texto, mas ainda é  
457 muito texto que está lá ainda. E também em capacitação é a mesma coisa. O primeiro  
458 resultado importante da reunião de Montreal foi consolidar aquele texto que tinha saído de  
459 Paris, com todos os elementos que precisam ou quase todos, porque algum refinamento  
460 ainda tem que ser feito, mas o mais importante já está lá. Nós temos nesse documento  
461 que saiu de Montreal todos os elementos para negociar um tratado, um protocolo sobre  
462 acesso e repartição de benefícios. É um documento volumoso, ele tem quase 60  
463 páginas, como vocês podem imaginar, mas isso é natural porque os tratados e  
464 instrumentos internacionais são negociados nessa base. É natural que você comece com  
465 uma quantidade muito grande de texto que reflita todas as posições aí, posições às vezes  
466 opostas, contraditórias sobre determinado tema, e que você vai progressivamente  
467 refinando aquilo ali, eliminando texto e eliminando duplicações e chegando a consensos  
468 para chegar num instrumento que é bem mais reduzido. Então esse é o estado da  
469 negociação no grupo de trabalho sobre o artigo, sobre essa repartição de benefícios.  
470 Acordou-se ainda, no entendimento de que há pouco tempo para negociar de maneira a  
471 que esse texto se transforme num protocolo que possa ser aceito por todos, então no  
472 entendimento de que há pouco tempo acordou-se também o processo de reuniões  
473 adicionais para discutir isso. Após essa reunião de Montreal, tinha sido prevista apenas  
474 mais uma reunião que seria realizada em março na Colômbia para tratar do tema, e aí  
475 depois disso o termo só seria tratado novamente na COP em outubro. Levando em conta,  
476 é preciso levar em conta que de acordo com a própria convenção, protocolos da  
477 convenção têm que ser apresentados com antecedência mínima de seis meses para  
478 serem apreciados pelas partes da CDB. Para um protocolo ser aceito em Nagoya em  
479 outubro, ele teria que ser pronto para ser apresentado às partes em março que é quando  
480 se realiza a próxima reunião do grupo de trabalho sobre o artigo 8J. Então é muito pouco  
481 tempo para se transformar um texto de 60 páginas cheia de colchetes num tratado, não é  
482 pouca coisa. Acho que várias pessoas aqui estiveram envolvidas em negociações de  
483 tratado e que está aqui, entende muito bem o Bráulio também e todo fundo que esteve  
484 envolvido sabe do trabalho que é virar noites. Então acordou-se na realização de mais  
485 reuniões até essa reunião da Colômbia, de maneira a tentar avançar isso. Acordou-se um  
486 processo interseccional que vai ser composto por duas reuniões, a primeira das reuniões  
487 deve acontecer na última semana de janeiro em Montreal, e é uma reunião de amigos do  
488 co-presidente, o grupo de trabalho é co-presidido por dois co-presidentes, um Presidente  
489 canadense e um colombiano, no entendimento de manter o equilíbrio entre os interesses  
490 dos países envolvidos e países em desenvolvimento. Então, tem um co-presidente  
491 colombiano com o co-presidente canadense, e esses co-presidente vão selecionar dentre  
492 todas as partes da CDB, algumas partes representativas de regiões e grupos para ter se  
493 reunir em Montreal na última semana de janeiro para tentar avançar a negociação. A  
494 idéia é que você reunindo alguns participantes chave e alguns negociadores chave você  
495 possa de alguma maneira que não tenha um mandato formal para falar em nome da sua  
496 região, mas que em função da sua representatividade possam falar ou representar  
497 informalmente interesses maiores apenas do que dos seus países, a idéia é que você  
498 trabalhando com um grupo menor possa ser possível avançar e evidentemente, qualquer  
499 entendimento que venha a ser alcançado por esse grupo, terá que ser submetido à  
500 aprovação de todas as partes da CDB na reunião posterior na Colômbia. Então, essa  
501 seria a primeira reunião dos amigos do co-presidente, num formato um pouco semelhante  
502 às reuniões terem sido realizadas nas negociações de responsabilidade de compensação  
503 no protocolo de Cartagena, e lá também foi conformado um grupo de amigos de co-  
504 presidentes, para tentar avançar a negociação sobre responsabilidade de compensação.  
505 Então é algo semelhante. A segunda reunião será realizada imediatamente antes da

506 reunião da Colômbia, que será a nona reunião do grupo de trabalho, e realizada  
507 imediatamente antes e terá composição um pouco diferente. Terá uma composição mais  
508 ampla, não será um grupo tão pequeno, mas ainda não será um grupo com todos os  
509 participantes. Ainda a idéia de você trabalhar com grupos menores para tentar avançar  
510 quando se chega nessa etapa, essa etapa em que você já tem muito texto e que as  
511 pessoas abandonam aquela etapa apenas de fazer colocações gerais e comentários  
512 gerais, mas começam a discutir detalhes de texto, então é realmente você fazer isso com  
513 193 países é um negócio complicado. Então entende-se que a melhor maneira seria  
514 trabalhar com grupos mais reduzidos e depois submeter isso à aprovação, enfim de todos  
515 os países. Claro que isso é um processo complicado, porque você tem que assegurar  
516 também a representatividade e a transparência de todo o processo e assegurar  
517 participação plena de todo mundo, mas também tem que ser prático tendo em vista o  
518 pouco tempo disponível. Então, tem essas duas reuniões programadas aí. Antes de  
519 fechar, queria fazer um último comentário ainda que diz respeito à natureza do regime  
520 internacional. Ainda não há acordo quanto à natureza do regime internacional. Existe sim  
521 um apoio esmagador, majoritário de todas as partes da CDB, em favor de um protocolo,  
522 como eu já disse, mas isso ainda não foi decidido. Então alguns países que eram  
523 notoriamente refratário à idéia de criação de um protocolo de um tratado, e existem  
524 países que estão dizendo que durante muito tempo disseram que o regime internacional  
525 poderia ser conjunto de diretrizes e instrumento voluntário, e enfim, agora nos últimos  
526 anos o Brasil e países em desenvolvimento tem batido muito e enfatizado muito que para  
527 implementar de maneira efetiva o terceiro objetivo da convenção e o artigo 15 e vários  
528 outros dispositivos da convenção que tratam de repartição justa e equitativa de  
529 benefícios, você teria que ter um instrumento legalmente vinculante. E nós já temos  
530 diretrizes que são voluntárias e foram aprovadas em 2001, e então passados 8 anos, a  
531 gente vê que não se avançou muito, e então a gente precisa de um instrumento  
532 legalmente vinculante. A posição do Brasil tem sido consistente nesse sentido, e todos os  
533 outros países em desenvolvimento também. Então, o que a gente nota é que houve uma  
534 evolução, no sentido de vários países resistentes ao regime cada vez mais dispostos a  
535 aceitar a idéia de um regime vinculante, e inclusive começam a mencionar a palavra  
536 protocolo, a palavra protocolo começa a ganhar aceitação, mas ainda não existe um  
537 acordo. Todo fundo sabe que no fundo é disso que se trata, mas os países ainda  
538 seguram suas cartas, então esse é um primeiro comentário. O que não significa,  
539 evidentemente, que no âmbito de um protocolo que é um instrumento legalmente  
540 vinculante ao tratado. Protocolo é um instrumento que gera obrigações e não significa  
541 que todos os dispositivos dentro daquele protocolo, sejam legalmente vinculantes. E  
542 então dentro de um protocolo você pode... O protocolo em si mesmo é um instrumento  
543 vinculante, mas dentro dele você pode ter dispositivos vinculantes ou não vinculantes.  
544 Uma coisa é você dizer as partes devem fazer isso, e outra coisa é dizer as partes podem  
545 fazer isso. Então ainda existe, é claro, tem uma negociação que ainda vai ser enfrentada  
546 que é primeiro a natureza do instrumento. Vai ser um protocolo? Se não vai ser protocolo  
547 vai ser o quê? Mas é muito provável que seja um protocolo. E outra coisa é dentro do  
548 protocolo, quais dispositivos vão ser vinculantes e quais não serão vinculantes. Essa é  
549 uma negociação ainda que vai ser muito complicada, porque os opositores do regime  
550 internacional é claro que quer um número mínimo de dispositivos vinculantes. E quanto  
551 menos, melhor. E o Brasil e outros países em desenvolvimento, por outro lado, tem  
552 enfatizado a necessidade de se você quiser ter um protocolo e tratado que tem eficácia,  
553 você tem que ter dispositivos efetivamente vinculantes, especialmente no que diz respeito  
554 a cumprimento, cumprimento do próprio tratado e cumprimento das legislações nacionais  
555 de acesso a repartição de benefícios, para evitar apropriação indevida, a biopirataria e

556 tudo isso, que é o objetivo central do regime no nosso ponto de vista. Então para fechar,  
557 eu queria só fazer uma referência ao papel do Brasil nesse processo. O Brasil como  
558 vocês sabem, ele preside desde 2008 e até 2010, esse biênio de 2008 a 2010, ele preside  
559 o grupo de países mega diversos e afins, que é uma instância de concentração política  
560 que reúne 17 países em desenvolvimento que detém em conjunto mais de 70% da  
561 biodiversidade do planeta. Então, integram o grupo além do Brasil, a Colômbia, México,  
562 África do Sul, Quênia, China, Índia, Malásia, Indonésia, os principais países megadiversos  
563 em desenvolvimento. Então, temos uma responsabilidade grande ali. O Brasil é porta-  
564 voz desse grupo. Quando o Brasil fala ali, está falando em nome de três bilhões de  
565 pessoas, dois bilhões e meio de pessoas, não é pouca coisa. Estamos falando em uma só  
566 voz, a voz dos países em desenvolvimento em favor do regime internacional. Então, o  
567 Brasil tem tido um papel protagônico nessa discussão, e agora na presidência dos  
568 megadiversos mais ainda. Então nós somos um país peculiar, porque nós somos um país  
569 que tem comunidade científica grande, que temos indústria farmacêutica e somos um país  
570 que tem comunidades indígenas locais; e somos um país que tem legislação nacional de  
571 acesso a repartição de benefícios, com todos os problemas que ela tem, mas nós temos  
572 experiência e nós aprendemos com isso. E então, o Brasil está numa posição privilegiada  
573 realmente, para ter um papel de liderança nessa negociação, o que representa muita  
574 responsabilidade para todos nós. Responsabilidade para o Itamaraty, mas  
575 responsabilidade também para todos os órgãos e toda a sociedade civil e todas as ONGs  
576 envolvidas nesse processo. Nós estamos falando de um interesse de estado, levando em  
577 conta que o Brasil é um país que possui a maior biodiversidade do mundo, é um país de  
578 dimensões continentais e não preciso reforçar e enfatizar isso. Então, nós temos um  
579 papel protagônico nisso, e isso gera uma responsabilidade muito grande para todos nós.  
580 Então, nós temos que estar preparados para enfrentar essas próximas rodadas de  
581 negociação. O Itamaraty, é claro, a exemplo do que tem feito, enfim, nas etapas  
582 anteriores vai promover rodadas de coordenação para definição das posições brasileiras  
583 com todos os setores envolvidos e interessados da sociedade, do governo e sociedade  
584 brasileira. Sim, enfim, nós vamos fazer agora na primeira semana de janeiro 15 e 16 de  
585 janeiro, deve ter uma reunião regional no Panamá para tratar desse tema. Então, na  
586 primeira semana de janeiro a gente deve fazer uma reunião de coordenação para tratar  
587 desse tema com vistas a participação regional do Panamá, e isso é uma discussão  
588 importante, porque enfim, nós sabemos que está sendo também revisto o marco interno,  
589 existem algumas outras discussões que vinham sido travadas há algum tempo sobre o  
590 anteprojeto de lei para substituir a Medida Provisória, que trata de conhecimentos  
591 tradicionais e recursos genéticos, e essa discussão caminha junto com a negociação  
592 internacional. Então, nós temos que estar atentos a isso às implicações no que se decide  
593 aqui para nossa posição lá fora e vice-versa, do andamento da negociação lá fora sobre  
594 as nossas negociações aqui internas. E o Brasil também vai sediar aqui em Brasília de 9  
595 a 12 de março, uma reunião de países megadiversos, a exemplo das duas reuniões que  
596 nós sediamos esse ano aqui em Brasília, também uma em março e outra em setembro no  
597 Palácio do Itamaraty com representantes dos dezessete países megadiversos que  
598 integram o grupo de países megadiverso e afins, com a intenção de coordenar posições  
599 de grupo para negociações do regime. Nós vamos realizar uma terceira reunião de nove a  
600 doze de março em Brasília, imediatamente antes da reunião da Colômbia. Então, março  
601 vai ser um mês quase integralmente tomado pelas negociações do regime internacional,  
602 vai ser a etapa decisiva da negociação, estão previstos enfim mais de duas semanas de  
603 negociação lá na Colômbia. Porque você tem a reunião do grupo de trabalho  
604 propriamente dita mas antes disso você tem dois dias de consultas informais e antes das  
605 consultas informais, você tem aquela reunião interseccional a que eu me referia antes, vai

606 ser uma agenda bastante puxada e nós contamos com a participação de todos, enfim os  
607 setores interessados do governo e da sociedade civil, para a coordenação de posições do  
608 Brasil a esse respeito, para que a gente possa, enfim, falar com uma só voz, não só como  
609 país mas também como membro e como Presidente dos países do grupo de países mega  
610 diversos afins. Acho que em linhas gerais seria isso que eu teria a falar e estou aberto a  
611 responder dúvidas e questões.

612

613 **Bráulio Dias - MMA**

614

615 Obrigado, Gustavo, está aberto para discussão. Só não ficou claro para mim se você já  
616 tem data certa dessa reunião preparatória lá no Itamaraty no início de janeiro. Você  
617 mencionou início de janeiro, mas se você pudesse esclarecer.

618

619 **Gustavo Pacheco – MRE**

620

621 Seis de janeiro.

622

623 **Bráulio Dias - MMA**

624

625 Seis de Janeiro. Tá, obrigado. Marco, por favor.

626

627 **Marco Pavarino - MDA**

628

629 Obrigado, Bráulio. Bom dia a todos e todas, e já vou me desculpando pelo atraso, em  
630 função de uma agenda lá no Ministério. Mas eu queria fazer algumas considerações e  
631 algumas perguntas também, já sabendo que eu não sei se o Itamaraty, algumas delas  
632 também tem condições de responder agora de imediato, mas que são importantes para  
633 essa agenda futura, inclusive. Eu acho que existem alguns pontos bastante importantes  
634 nessa discussão que aconteceu em Montreal, eu acho que a primeira delas o Gustavo  
635 tocou que é a questão que não existe consenso, vamos dizer assim, total, que é  
636 fundamental que é a questão da natureza do regime. A questão da natureza do regime é  
637 definidora para uma série de outras questões que envolvem cumprimento e uma série de  
638 outros temas. Esse tema até onde a gente acompanhou, ele não foi efetivamente muito  
639 debatido. As opiniões foram expostas, foram colocadas, mas a coordenação do evento  
640 um pouco que segurou aquelas opiniões no sentido muito de tentar saber até onde há  
641 consenso e até onde não é consenso, mas de fato até a própria natureza do regime, e a  
642 gente está há menos de um ano de uma COP que vai decidir efetivamente pelo regime  
643 internacional ou não. Então, eu acho que esse é um ponto fundamental.

644

645 **Bráulio Dias - MMA**

646

647 Só um comentário Marco. Como o Gustavo mencionou, a intenção é que seja vinculante.  
648 Provavelmente na forma de um protocolo. O problema é que muitos países não querem  
649 se comprometer até ter clareza sobre o conteúdo. É um problema de ovo ou galinha.

650

651 **Marco Pavarino - MDA**

652

653 E essa intenção é mais claramente declarada, vamos dizer assim, de parte dos países e  
654 de outros não. Inclusive da questão de ser vinculante ou não vinculante, pelo menos é  
655 isso que foi colocado lá. Isso é um pouco um comentário que eu acho que é fundamental

656 para a gente entender como essa discussão chega até o Japão. Uma outra questão, uma  
657 pergunta, Gustavo, e aí é que eu lembro que nas discussões e aí eu acho que é  
658 fundamental mesmo a posição que o Brasil tem como Presidente dos megadiversos, isso  
659 efetivamente é ilustrado nas falas do Itamaraty tanto das reuniões, mas me parece que  
660 durante a reunião houve inclusive uma sugestão de que se ampliasse esse dos  
661 megadiversos, mais alguma coisa, eu não lembro efetivamente se isso chegou a ser  
662 formalizado ou não, e aí a gente tem uma ampliação bem maior do grupo dos  
663 megadiversos, se não me engano, a Malásia que tentou fazer uma articulação nesse  
664 sentido, não sei se isso foi adiante ou não, porque isso dá inclusive uma relação de bloco  
665 Sul e Norte, você tem uma outra configuração. E aí um pouco na linha dos resultados de  
666 Montreal, na verdade a gente começou a reunião, se não me engano, a comparação que  
667 o pessoal fazia era em torno de 2 mil e dois mil e poucos colchetes, e terminamos a  
668 reunião com 2.800. Então, na verdade, você teve mais ainda. Isso é natural, acredito. É  
669 um ganho, pelo menos nessa linha. E na linha do que o Gustavo disse, eu acho que o  
670 Itamaraty tem obviamente toda essa experiência na participação dessas discussões  
671 internacionais, mas de fato a gente teve um aumento, vamos dizer assim, desses não  
672 consensos e de fato a gente teve também assim, a gente conseguiu sair da reunião com  
673 mais duas reuniões marcadas. Então, a gente teve uma reunião que eu acho que vai ser  
674 fundamental também para a gente conseguir o tempo mesmo, novamente a gente está há  
675 menos de um ano, acho que menos de seis meses da próxima reunião do grupo, que é eu  
676 acho que em março na Colômbia, e há menos de um ano da definição. A delegação,  
677 acho que japonesa estava com um número expressivo, porque eu acredito que eles não  
678 querem chegar no Japão com uma possibilidade, como a gente teve agora em  
679 Kopenhagen algumas falas que sejam um fracasso. E está previsto inclusive o imperador,  
680 e eles não vão querer chegar, então eu acho que é uma corrida contra o tempo, mas de  
681 fato a gente teve em Montreal algumas lacunas ou pelo menos algumas decisões que  
682 foram postergadas, e vamos ver se a gente consegue efetivamente ter isso ou pelo  
683 menos uma definição mínima nas próximas reuniões. Eu acho que pelo menos alguns e-  
684 mails, e não sei se é isso mesmo se o Itamaraty pode confirmar, se em paralelo a essa  
685 discussão a gente vai ter alguma discussão do Protocolo de Cartagena, me parece. A  
686 gente vai ter alguns temas não sei se são relatórios, inclusive nos foi solicitada uma  
687 avaliação de alguns relatórios referentes à implantação do protocolo de Cartagena, que  
688 em certa medida tem a ver com esse debate todo, mas também é uma agenda que vai  
689 tomar, vamos dizer assim, os Ministérios mais envolvidos, um pouco por entender como  
690 essa agenda vai ser colocada e por fim aí não sei se o Itamaraty consegue efetivamente  
691 responder isso agora ou não, não sei se inclusive o Gustavo já tocou nesse ponto  
692 anteriormente, é que me parece que a gente vai ter uma substituição efetiva do  
693 representante da delegação brasileira que é o Ministro Fernando Coimbra que parece que  
694 está sendo removido, como é que o Itamaraty está lidando com essa substituição. O  
695 Gustavo, obviamente, sempre teve uma participação muito competente nas discussões  
696 todas do regime de ABS e 8J, mas como é que o Itamaraty está lidando com isso, para  
697 que a gente tenha essa continuidade ou pelo menos não tenha um impacto muito grande  
698 dessa continuidade. Obrigado.

699

700 **Gustavo Pacheco – MRE**

701

702 Obrigado, Marco. Você fez várias colocações interessantes e acho que em relação à  
703 natureza o Bráulio já respondeu. Eu acho que é isso mesmo, muitos países ficam  
704 segurando as cartas e até tem uma idéia mais clara do que vai ter dentro do regime  
705 internacional e não querem se comprometer. Mas para quem estava lá, estava nítido que

706 o apoio da maioria esmagadora dos países do protocolo e falando do protocolo e todas  
707 vezes que a gente cutucava, vocês não querem protocolo, querem o que? Porque isso  
708 seria ridículo alguém virar e dizer nós queremos diretrizes ou nós queremos alguma outra  
709 coisa. Nessa que as pessoas ficam caladas.

710

711 **Bráulio Dias - MMA**

712

713 Eu acho que é um ganho também Gustavo, como o Marco colocou, é que finalmente o  
714 Japão está arregaçando as mangas para trabalhar em prol de um regime. Eu acho que  
715 caiu a ficha de que eles vão sediar a reunião, e eles não querem um fracasso.

716

717 **Gustavo Pacheco – MRE**

718

719 Então com relação à natureza seria isso. Com relação a essa coordenação ampliada que  
720 você se referiu dos megadiversos com os africanos, isso já tem acontecido de maneira  
721 informal há muitos anos. As diferenças de disposição entre os países megadiversos e o  
722 grupo africano, por exemplo, é marginal e com o grupo de países latino americano  
723 caribenhos também, porque tem países africanos megadiversos e essa é a vantagem de  
724 ter um grupo inter-regional. E então você tem países da África ali, tem países da América  
725 Latina e Caribe ali, e então na prática, claro que existem nuances e alguns pontos  
726 específicos, os países tem visões diferentes, mas no geral, no que realmente importa, os  
727 países em desenvolvimento falam com uma só voz. É provável que a medida que você  
728 começa a entrar em mais detalhes sobre o texto, apareçam mais... Não mais colchetes  
729 não. É provável que as diferenças se tornem mais claras, mas isso também faz parte do  
730 processo, é natural. Mas eu acho que o que é importante frisar é que essa convergência  
731 já existe de maneira informal. Por outro lado, os países também querem preservar sua  
732 independência, e então seria complicado você ter alguém falando em nome de  
733 megadiversos mais África, mais seria um só contra, mas isso já acontece. Essa é uma  
734 negociação que tem uma clivagem para o bem ou para o mal, mas tem uma clivagem  
735 mais ou menos nítida, sul e norte.

736

737 **Bráulio Dias - MMA**

738

739 Gustavo só um comentário. Eu acho que parte da solução dessa quantidade de colchetes  
740 é caminhar para um texto mais enxuto do protocolo. Não vai se conseguir resolver todos  
741 aqueles colchetes, e de repente tem assuntos ali que não são tão fundamentais como  
742 protocolo que talvez a gente possa dispensar.

743

744 **Gustavo Pacheco – MRE**

745

746 Com relação aos colchetes eu queria fazer dois comentários. Primeiro, é verdade, você  
747 tem razão que o número de colchetes aumentou, só que você tem que levar em conta que  
748 esses novos colchetes não foram texto que já estava lá, foi texto novo sobre temas que  
749 não tinham sido tratados, e então era natural que isso acontecesse, porque não tinha  
750 nenhum dispositivo sobre conhecimento tradicional no texto anterior. Então, à medida que  
751 você bota texto novo ali, você também está botando texto novo com colchetes e então  
752 não foi botado no texto que já estava lá. Esses colchetes novos são relativos aos dois  
753 temas que não haviam sido tratados em reuniões anteriores que é conhecimentos  
754 tradicionais e capacitação. Então, agora nós temos, nós terminamos o exercício. O  
755 exercício qual é? Você ter uma primeira, uma coletânea ali, uma compilação já com

756 alguma negociação das posições das propostas de texto, e agora também fechamos a  
757 janela, fechamos a porta. Isso ficou muito claro também. Não vai, se é para trazer texto  
758 novo que possa representar um consenso entre todo mundo e todo mundo aceitar aquilo  
759 ali como uma saída está ótimo, mas não dá para você colocar mais texto ali porque já tem  
760 texto demais. O único texto que aceitou se colocar porque ainda não tem é coisas como  
761 preambulares, parágrafos preambulares, e coisas como parágrafo de implementação no  
762 final. Esse tratado tem que ser escrito em seis línguas, isso na verdade é a parte menos  
763 importante. Mas tem sim dois tópicos que ainda estão sujeitos, e esse era o outro tema  
764 importante que eu queria falar, que acho que me esqueci de falar no relato inicial, dois  
765 aspectos importantes que não foram tratados ainda nessa negociação, porque não houve  
766 uma data clara da COP a esse respeito, mas todos os participantes entenderam que tem  
767 que ter um espaço para discutir isso, porque o mandato da decisão da COP diz que na  
768 sétima reunião vão ser tratados os temas A, B e C, os temas, cumprimento, acesso,  
769 repartição justa e equitativa. Na oitava reunião vão ser tratadas essas e alguns temas  
770 não estavam previstos nessa lista. Por exemplo, definições. Isso é um tema crucial, um  
771 tema importante, porque a maioria dos tratados tem um artigo que fala de definições.  
772 Para fins desse tratado desse protocolo, isso quer dizer isso, isso quer dizer isso. Então,  
773 esse é um esforço que nós vamos precisar fazer internamente também, porque ainda não  
774 existe posição muito clara e acordada sobre vários... Primeiro é quanto uma coisa é a  
775 conveniência de você ter definições. Nós precisamos ter essa definição específica  
776 acordada internacionalmente, porque em alguns casos nós talvez não precisemos, porque  
777 talvez o espaço de definição daquele conceito seja um espaço à margem de ação da  
778 legislação nacional, e então isso é muito comum, por exemplo, você tem um tratado e usa  
779 conceitos, mas não define aqueles conceitos porque deixa para as partes definirem no  
780 entendimento de que tem que ter uma margem de aplicação daquilo ali. E em alguns  
781 casos faz sentido e em outros casos não faz sentido, e então o Brasil tem que se engajar  
782 num processo, levando em conta que nós vamos começar a decidir sobre que definições  
783 e qual é o teor dessas definições que estariam no regimento internacional, nós vamos  
784 decidir isso agora, nos primeiros meses de 2010. E então o Brasil tem que se engajar  
785 nesse exercício e o Itamaraty vai enfim frisar esse ponto na coordenação, no sentido de  
786 primeiro ter claro quais as definições que novas entendemos importantes que estejam no  
787 regime internacional, e quais nós entendemos que não precisam ser acordados  
788 internacionalmente. O segundo ponto é para aquelas definições que nós entendemos  
789 que é interessante e importante estar no regime internacional o que nós queremos dessa  
790 definição, que teor nós gostaríamos de ver dessa definição? Para dar um exemplo para  
791 tornar mais concreto, enfim, esse comentário, por exemplo, derivados e recursos  
792 genéticos. Então a convenção não usa essa expressão derivado, usa recursos genéticos,  
793 só que nós sabemos que uma parcela expressiva, talvez a parcela mais expressiva de  
794 agregação de valor a partir do uso de recursos genéticos pela indústria farmacêutica e  
795 indústria de cosméticos, então não se dá a partir do recurso genético "in natura", mas  
796 daquilo enfim, ou da expressão gênica ou de extratos e substâncias produzidas a partir do  
797 metabolismo daqueles recursos genéticos. Enfim, então há um entendimento claro, isso é  
798 uma posição de governo do Brasil desde 2005, e também do grupo de países  
799 megadiversos de que no escopo do regime internacional não basta você falar de recursos  
800 genéticos, tem que falar de recursos genéticos e seus derivados, essa já é uma posição  
801 do Brasil, porque o escopo do regime internacional tem que tratar de derivados. Mas  
802 ainda não há acordo internamente sobre exatamente quais seriam os elementos dessa  
803 definição. No âmbito do CGEN foi formado um grupo de trabalho para discutir isso, e o  
804 Grupo de Trabalho se reuniu duas vezes, avançou-se no sentido de reunir várias  
805 propostas e definições, mas não se chegou a um consenso ainda unívoco, no

806 entendimento unívoco sobre qual seria essa definição. Esse é um exemplo do tipo de  
807 posição que o Brasil vai ter que, enfim, o tipo de posição que o Brasil vai ser chamado a  
808 apresentar agora nos primeiros meses de 2010, e a gente tem que estar preparado para  
809 isso. Além da questão das definições, eu queria chamar a questão para um outro ponto  
810 que eu acho importante também, que vai ser debatido agora nos primeiros meses de  
811 2010, que é do escopo do regime internacional de maneira mais geral. A questão de  
812 derivados está ligada à questão de definições, e aí tem várias outras definições que vão  
813 ser discutidas, por exemplo, a definição de apropriação indevida. O Brasil quer uma  
814 definição internacionalmente aceita de apropriação indevida? Vários países tem  
815 enfatizado isso, a gente ainda não tem uma posição a esse respeito. Se a gente quer o  
816 que a gente gostaria que tivesse nessa definição? Apenas para dar dois exemplos. Mas  
817 a discussão sobre derivados, está ligada também à discussão sobre o escopo do regime  
818 internacional, porque nós queremos que haja derivados no escopo do regime  
819 internacional, que trate não apenas de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais,  
820 mas também de derivados. Mas há uma série de outras discussões ligadas ao escopo  
821 do regime internacional. O escopo são limites espaciais, temporais e substantivos de um  
822 tratado. Os limites temporais são, esse tratado só se aplica a recursos genéticos  
823 acessados depois da entrada em vigor da CDB. Essa é uma questão de escopo. A  
824 questão espacial é, esse tratado só se aplica a recursos genéticos dentro dos estados,  
825 por exemplo. E limites substantivos são, esse tratado qual é a relação, por exemplo,  
826 desse protocolo com o tratado da FAO? Que tipo que trata recursos genéticos e  
827 alimentação e agricultura? Isso é uma discussão ainda que nós temos que ter. O Brasil,  
828 enfim, tivemos várias rodadas de negociação esse ano para discutir isso e avançamos, já  
829 temos uma posição bem mais definida a esse respeito, mas ainda existem algumas  
830 divergências de nível interno a esse respeito, e é importante que nós estejamos  
831 conscientes do fato de que a gente vai ter que enfrentar essa discussão agora, nos  
832 primeiros meses de 2010, o que significa se engajar num processo de coordenação  
833 interna sério para chegar numa posição de estado sobre esses temas importantes. Sobre  
834 definições, sobre escopo do regime internacional.

835

836 **Bráulio Dias - MMA**

837

838 E Gustavo, houve uma reunião recente em Roma sobre isso, da comissão de recursos  
839 genéticos. A FAO está se posicionando sobre esse tema.

840

841 **Gustavo Pacheco – MRE**

842

843 Exatamente. Trata desse tema, essa negociação não existe no vácuo, tem uma uma  
844 relação direta com outras negociações e fóruns internacionais que estão acontecendo,  
845 não só o fóro da FAO, como comissão de recursos genéticos, o tratado de recursos  
846 genéticos para alimentação e agricultura, mas também a organização mundial de  
847 propriedade intelectual, a organização mundial de comércio, tem vários outros fóruns  
848 internacionais que tratam de tema que tem relevância e que tocam nessa negociação  
849 aqui. Então, eu termino esse comentário, essa exposição também, novamente  
850 provocando os participantes a participarem desse processo ou se engajarem nesse  
851 processo como um processo crucial, talvez seja o processo político mais importante em  
852 curso na CDB hoje, se não é o mais importante um dos mais importantes, mas com  
853 certeza está aí entre as prioridades do Brasil na arena ambiental internacional. Então é  
854 importante a participação de todos os envolvidos e interessados e o Itamaraty está como  
855 sempre totalmente aberto a receber contribuições nesse sentido. O último comentário

856 que eu queria fazer para responder a questão do Marco, é que ele efetivamente, o  
857 Ministro Luiz Fernando Coimbra já se desligou das suas funções, ele foi substituído, ainda  
858 não tomou posse, mas provavelmente até à primeira semana de janeiro tomará pelo  
859 Ministro Paulino, que é também um diplomata muito experiente com experiência em  
860 negociação em Genebra que vai assumir a chefia da divisão do meio ambiente e por  
861 consequência vai estar envolvido nessa negociação também. Com relação aos outros  
862 processos paralelos, eu realmente, enfim, eu tenho consciência que na segunda semana  
863 de fevereiro deve acontecer uma reunião de negociação do processo de responsabilidade  
864 e compensação no âmbito do protocolo de Cartagena, mas como não trato  
865 especificamente desse tema eu não sei se já foi marcada reunião de coordenação. Doze  
866 de janeiro, a Cláudia está dizendo, já está marcada a reunião de consideração para esse  
867 protocolo de Cartagena.

868

869 **Bráulio Dias - MMA**

870

871 Enfim, vamos ter um início de ano bem movimentado aí. Eu acho que esse tema é muito  
872 importante. Eu queria propor para ajudar aqueles que não estão acompanhando muito de  
873 perto, distribuir os relatórios. Acho que os relatórios estão disponíveis das reuniões de  
874 Montreal, né Gustavo?

875

876 **Gustavo Pacheco – MRE**

877

878 Não saiu a versão final.

879

880 **Bráulio Dias - MMA**

881

882 Não? Eu acho que eu vi um relatório de ABS, eu acho que eu vi. Bom, a gente vai  
883 verificar, e se tiver a gente circula para todos os membros da CONABIO para que vocês  
884 possam acompanhar e a gente vai talvez numa circular, Érika, anota aí, lembrar a data da  
885 reunião que o Itamaraty está convocando no dia 6 para fazer essa consulta preparatória  
886 interna voltada para as próximas etapas de negociação. Então, vamos fazer esse  
887 lembrete a todos. Eu acho que é um dos grandes exercícios pela frente aí, é isso que eu  
888 falei também. É um exercício também de priorização nossa. Quer dizer, quais os  
889 elementos ali que vale a pena lutar até o fim, para manter dentro do regime e outros que a  
890 gente possa achar que podem ficar para um segundo momento ou para um acordo não  
891 vinculante ou alguma coisa assim. Talvez seja uma forma. Eu sei que o protocolo de  
892 Cartagena de biosegurança, só avançou na medida que a gente conseguiu afunilar um  
893 pouco a discussão. No início era esse problema, todo mundo queria incluir tudo na  
894 negociação, aí não avançava. Então eu acho que isso é parte aí do desafio. Alguém tem  
895 alguma questão urgente para o Gustavo sobre esse assunto, ou vocês aceitam avançar  
896 dessa forma? Vai ter essa oportunidade no dia 6 para dar segmento a essa discussão no  
897 Itamaraty, porque eu queria aproveitar que nós estamos com quorum e avançar agora  
898 nessa parte da manhã da gente tentar fazer algumas deliberações aqui, e eu sei que  
899 algumas pessoas não vão poder estar na parte da tarde. Então, eu queria assegurar isso.  
900 Pode ser? Então obrigado, Gustavo pelos relatos.

901

902 **Gustavo Pacheco – MRE**

903

904 Obrigado, Bráulio, obrigado participantes. A gente continua à disposição de todos para prestar  
905 informações e ajudar no que for necessário, e a gente agradece também antecipadamente a

906 participação e contribuições de todos aqui, inclusive eu peço desculpas, mas eu vou ter que me  
907 retirar, por isso estou com dificuldades porque tenho outra atividade representando o Itamaraty.  
908  
909 colocou a pauta em votação, a qual foi aprovada, por unanimidade, com inversão na ordem dos  
910 itens Em seguida, a ata da 36ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade considerando as ob-  
911 servações feitas pelos Srs. **David Oren e Kleber Santos**. Deu-se início ao item 4.2 da pauta - Mi-  
912 nuta de deliberação de prorrogação do prazo de duração da Câmara Técnica Temporária sobre Ecos-  
913 sistemas de Montanha. Após sugestões dadas pelos Srs. **Charles Clement e Bruno Walter**, a exten-  
914 são do prazo da referida Câmara Técnica foi aprovada, por todos os presentes, até 30 de junho de  
915 2010. Seguiu-se a discussão do item 5.1 - Propostas para a construção da agenda nacional do Ano  
916 Internacional da Biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o documento apresentado era  
917 uma lista de potenciais idéias. Sugeriu que nesta reunião fosse estabelecida uma estratégia para o fe-  
918 chamento desta proposta ainda este ano. Lembrou alguns documentos distribuídos anteriormente à  
919 CONABIO: a Resolução da Assembléia Geral da ONU, que declarou 2010 como o Ano Internacio-  
920 nal da Biodiversidade, a Notificação do Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Bio-  
921 lógica conclamando os países a fazerem uma programação nacional em comemoração ao Ano. Ci-  
922 tou alguns eventos internacionais pré-definidos, tais como a Sessão Especial da Assembléia da  
923 ONU em homenagem ao Ano Internacional, em setembro; a Décima Conferência das partes sobre  
924 Diversidade Biológica (COP 10), em Nagoya-Japão, em outubro de 2010; o Dia Internacional da  
925 Biodiversidade, em 22 de maio, com eventos em todos os países. Disse que no Brasil, em Curitiba,  
926 em janeiro de 2010, está prevista uma reunião da Parceria Global sobre Cidades e Biodiversidade,  
927 como reunião preparatória para a COP 10. Citou algumas iniciativas internacionais para o Ano,  
928 como o Iclej na África do Sul e a GTZ alemã Informou que no Brasil o MMA irá convidar os go-  
929 vernos estaduais e municipais a fazerem eventos sobre biodiversidade. Falou sobre as idéias de lan-  
930 çamento, em 2010, de um sistema de informação em biodiversidade no país, de um programa nacio-  
931 nal de pesquisa em biodiversidade, de uma tradução do relatório TEEB, da elaboração de um relató-  
932 rio semelhante para o Brasil e de publicações sobre biodiversidade. Em seguida passou a palavra  
933 aos membros para apresentarem propostas para a elaboração de um calendário oficial relativo à co-  
934 memoração do Ano Internacional da Biodiversidade no Brasil. A Sra. **Nanuza Menezes** sugeriu  
935 uma premiação no Ano Internacional da Biodiversidade para atingir as crianças. O Sr. **Marco Pava-**  
936 **rino** apresentou o interesse do MDA em contribuir com publicações e eventos sobre agrobiodiversi-  
937 dade e cadeia produtiva da sociobiodiversidade. Sugeriu divulgar à sociedade a questão dos impac-  
938 tos (positivos e negativos) dos organismos geneticamente modificados sobre a biodiversidade, abor-  
939 dar em algum evento ou seminário a relação dos agentes com as variedades crioulas e a questão de

940 como a biodiversidade é apropriada pela agricultura familiar. Citou a Feira Nacional de Agricultura  
941 familiar como um espaço importante a ser aproveitado para expor alguns temas relativos à biodiver-  
942 sidade. O Sr. **Bruno Walter** sugeriu agrupar os dez tópicos da tabela apresentada em três: progra-  
943 mação, iniciativas para pesquisas e políticas públicas e envolvimento de equipes de outras esferas.  
944 Solicitou o envio de convite formal do MMA para outros Ministérios. Achou necessário deixar mais  
945 claro, neste tipo de programação, quais são os temas principais com que se quer atuar nessa agenda.  
946 O Sr. **Robinson Pitelli** sugeriu divulgação na mídia dos impactos das espécies exóticas invasoras  
947 sobre a biodiversidade. O Sr **David Oren** propôs a disponibilização de todas as publicações em  
948 PDF. Levantou a questão de que o país se orgulha de ser o mais rico em biodiversidade, mas parece  
949 quevai deixar passar em branco o Ano Internacional. Considerou que tema deveria chegar à Casa  
950 Civil e ser tratado tanto no executivo como no legislativo. Falou sobre o Biota Brasil e o Código de  
951 Barras. O Sr. **Nelson Ananias** sugeriu aproveitar o Ano Internacional da Biodiversidade para fazer  
952 um trabalho de valorização da biodiversidade nas propriedades privadas. Conscientizar o proprietá-  
953 rio do patrimônio que ele possui, do valor que representa para ele e para a sociedade, da importân-  
954 cia dos serviços ambientais e valorizar isso para o restante da sociedade. Propôs a participação da  
955 CNA na realização de estudos de caso e na elaboração de uma publicação ou um vídeo que mostre o  
956 papel da propriedade rural na conservação da biodiversidade. Também falou sobre a falta de capaci-  
957 tação na área de conservação. O Sr.. **Charles Clement** informou que irá sugerir o tema biodiversi-  
958 dade para a Reunião Anual da SBPC. O Sr. **Braulio Dias** concordou que as grandes sociedades po-  
959 deriam priorizar a biodiversidade como um dos grandes temas.. O Sr. **Aladim Gomes** levantou a  
960 questão de que muitas pessoas não sabem o significado da palavra biodiversidade. O Sr. **Braulio**  
961 **Dias** concordou que a maioria não relaciona o seu dia-a-dia com a biodiversidade. Pediu à equipe  
962 da Secretaria Executiva da CONABIO que enviasse aos membros o resultado da pesquisa de opini-  
963 ão pública sobre o que o brasileiro acha sobre ecologia e biodiversidade, realizada em 2006. Encer-  
964 rou a discussão do tema nesta reunião, mas solicitou a contribuição de cada órgão representado na  
965 CONABIO com alguma proposta concreta para que possamos fechar a agenda ainda esse ano. Em  
966 seguida o Sr. **Braulio Dias** fez um relato sobre a Reunião da WCMC sobre indicadores de biodiver-  
967 sidade, Inglaterra. A Sra. **Andréina D'ayalla**, apresentou um informe sobre o Seminário Economia  
968 dos Ecossistemas e Biodiversidade e a Mesa Redonda Princípios da Economia Verde. Finalizadas as  
969 discussões, o Sr **Braulio Dias** passou a palavra ao Sr **Lídio Coradin** apresentou a Proposta da Es-  
970 tratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, elaborada pela Câmara Técnica Permanente  
971 sobre Espécies Exóticas Invasoras. No dia 21 de outubro o **Sr. Braulio Dias** começou a reunião  
972 lembrando a inversão da pauta e retomou a discussão sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies  
973 Exóticas Invasoras e seus desdobramentos. Sugeriu dar encaminhamento da Estratégia Nacional à

974 Casa Civil para que seja transformada, via decreto, num programa de governo. Dessa forma, au-  
975 mentariam as chances de alocar recursos no Programa Plurianual do Governo para trabalhar com  
976 esse tema. Também mencionou que a Comissão de Diversidade Biológica - CDB na COP 6 em  
977 2006, aprovara uma deliberação sobre esse tema, que é a decisão 6/23, composta por uma série de  
978 diretrizes gerais. Manifestou sua aprovação ao documento proposto pela Câmara Técnica, porém  
979 sentira falta de algumas diretrizes gerais para orientá-lo, sugerindo fazê-lo baseado na decisão 6/23  
980 da CDB. Por fim, propôs que fosse aprovado um texto pequeno de deliberação remetendo a um ane-  
981 xo que seria o documento da estratégia. Como o texto da estratégia já fora trabalhado arduamente  
982 pela Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras – CTPEEI, o **Sr. Braulio Dias**  
983 fez uma rodada para que todos os membros na plenária fizessem sugestões sobre pontos que preci-  
984 sariam de melhorias para posterior discussão objetiva. Ao texto proveniente da CTPEEI foram pro-  
985 postas e aprovadas: sugestões de inclusão de um texto introdutório caracterizando melhor a abran-  
986 gência, importância e objetivo da iniciativa; um sumário de termos técnicos; incluíram-se as diretri-  
987 zes cabíveis provenientes da decisão 6/23 da CDB com adaptação do texto original; ações prioritá-  
988 ras; questões de geração de conhecimento, como treinamento e capacitação, campanhas de conscien-  
989 tização e educação ambiental, além da integração dos diferentes setores do governo e da sociedade;  
990 previsão de políticas de erradicação e controle de espécies invasoras em unidades de conservação;  
991 identificação taxonômica; análise de risco; minimização de impactos; monitoramento; levantamento  
992 e divulgação de informação; previsão de utilização de produtos biocidas para controle; planejamen-  
993 to e definição de prioridades e metas; criação de um comitê gestor interministerial; previsão de re-  
994 cursos financeiros; além de sugestões de melhoria de redação para seu efetivo entendimento. A deli-  
995 beração foi aprovada por unanimidade tendo como anexo o texto da estratégia nacional sobre espé-  
996 cies exóticas invasoras. O texto final da estratégia compõe-se de: introdução, objetivo, definições,  
997 diretrizes gerais e oito diretrizes específicas, sendo estas: 1) Prevenção, detecção precoce e ação  
998 emergencial; 2) Erradicação, contenção, controle e monitoramento; 3) Geração de conhecimento ci-  
999 entífico; 4) Capacitação técnica; 5) Coordenação intersetorial e iniciativas internacionais; 6) Educa-  
1000 ção e informação pública; 7) Infra-estrutura legal e 8) Gestão da estratégia nacional, divididas em  
1001 subitens. Após deliberação e aprovação da estratégia o **Sr. Braulio Dias** informou que o texto com  
1002 as devidas modificações e correções seria circulado entre todos os membros via correio eletrônico.  
1003 Em seguida mostrou a nova publicação do departamento de biodiversidade e florestas sobre espéci-  
1004 es exóticas invasoras em ambientes marinhos e informou que todos os membros receberiam convi-  
1005 tes para participar do lançamento do livro e deu a reunião por encerrada. Nós, **Gláucia Jordão Zer-**  
1006 **bini** e **Érica Frazão Pereira**, por solicitação do presidente da Comissão, lavramos a presente ata.